

Educação rima com inclusão

IGUALDADE Educação de qualidade vai além de boas escolas, bons profissionais, infraestrutura e bons projetos, passa pelo viés da inclusão, da aceitação da diferença, do respeito e compreensão das dificuldades do outro.

Leonardo Gomes

Colaboração: José Antônio Faro





O conceito de Educação Inclusiva despontou com maior força a partir de 1994 com a Declaração de Salamanca, e se fundamenta na ideia de que as crianças em situação de deficiência devem ser incluídas em escolas do ensino regular, aprendendo e participando de todo o processo de aprendizagem juntamente com todos os outros estudantes. Nesse sentido, a Educação Inclusiva é, segundo a educadora Rita de Cácia Santos Souza, da Universidade Federal de Sergipe (UFS), uma ação muito ampla que abrange as dimensões política, cultural, social e pedagógica em vista da garantia do direito de todos os estudantes de estarem juntos.

Para Souza, que é membro da Associação Brasileira de Pesquisadores em Educação Especial (SBHE), a Educação Inclusiva constitui um paradigma educacional fundamentado na concepção de direitos humanos, que entende igualdade e diferença como indissociáveis. Nessa perspectiva, a Educação Inclusiva tem, segundo a pesquisadora,

dora, avançado muito em diversos países. “A inclusão, parece-me, é um caminho sem volta”, afirmou.

No entanto, a pesquisadora considera que há muito ainda a fazer, a fim de que a Educação Inclusiva torne-se, de fato, uma realidade universal. “Existem dificuldades dentro e fora da escola para que esse processo aconteça com critério e responsabilidade”, explicou. “Além disso” - afirmou ela - “as atividades cotidianas na sala de aula nem sempre conseguem dar uma resposta satisfatória de atenção às diversas necessidades destes estudantes”.

Nesse sentido, um elemento que tem contribuído eficazmente para minimizar as dificuldades da Educação Inclusiva é o atendimento educacional especializado, que consiste em criar espaços com profissionais preparados e recursos para identificar e atender às necessidades educacionais de cada aluno individualmente. A Inclusão no formato ideal está longe de ser uma política universal nas escolas, mas algo já está sendo feito. Muitas escolas públicas já disponibilizam esse serviço, promovendo a participação dos estudantes em atividades especializadas em outro turno.

Nesse sentido, segundo Souza, é de extrema importância a formação do professor na perspectiva de uma cultura inclusiva para o pensar e o fazer pedagógico. Ao mergulhar na profissão com essa cultura, o professor deixa de olhar apenas para o limite e se empenha em trabalhar as possibilidades dos alunos. Estuda, produz, contribui para práticas mais efetivas.

Os paradigmas mudaram, antes diziam que as pessoas em situação de deficiência não aprendiam por-

que não eram capazes de aprender. “Hoje” – explica a pesquisadora – “dizem que elas não aprendem porque nós não estamos capacitados para ensinar”. No entanto, ela chama a atenção para o fato de que é um equívoco transferir toda a responsabilidade pela educação e aprendizagem de todos os alunos, mas é fato que quanto mais qualificado é um professor, maiores são as possibilidades de aprendizagem dos alunos. “É preciso maior investimento do Poder Público e da iniciativa privada nessa formação, disponibilizando cursos de braille, libras, entre outros”, explicou.

Para a pesquisadora, além da formação, são necessários recursos humanos e materiais para o cotidiano escolar. Intérprete de libras, livros em braille, reglete, punção, sorobã, entre outros, são recursos indispensáveis para que a inclusão educacional seja uma utopia possível. “O professor tem papel fundamental nesse processo, mas ele não é mágico!”, evidenciou ela.

Questão cultural

Embora enfatizando os benefícios da Educação Inclusiva, a professora da UFS faz questão de ressaltar que a questão da inclusão é muito mais ampla e envolve todos os âmbitos das relações sociais. Sem dúvida, a escola pode ser, segundo ela, um espaço privilegiado para a educação à convivência com o diferente, no sentido que é o espaço em que conhecimento, valores e diferenças podem ser apresentados e analisados em vista do bem da coletividade, do bem comum, ajudando o estudante a superar o individualismo. Mas isso não basta, segundo Souza.



Nessa linha, a pesquisadora afirmou que não tem sido fácil para a escola exercer esse papel de educar para o bem comum, porque as crianças, os jovens e os adultos são constantemente bombardeados por uma cultura do individualismo através da mídia e, em alguns casos, na família. E isso, naturalmente, tem comprometido a Educação Inclusiva, já que, segundo a professora, a principal inclusão é a “atitudinal”. “De fato, não adianta a escola e a família oferecerem todos os aparatos necessários para o desenvolvimento da aprendizagem se não proporcionarem atitudes que representem isso. É como pais que dizem para o filho andar calçado e vivem descalços!”, explicou ela.

Para a pesquisadora, a Educação Inclusiva não é algo dissociado das outras práticas da vida. Ela defende que, para se ter uma prática inclusiva, é preciso começar a agir de forma inclusiva na família, com colegas de trabalho e com a sociedade em geral. “Não adianta pensar em ter numa sala de aula, por exemplo, uma práti-

ca inclusiva se você não tem respeito e amor pelo outro, ou seja, falar em prática inclusiva é falar de vida, de valores, respeito, tolerância, todos temos o direito de ser iguais e de ser diferentes”, enfatizou Souza.

Resgatar a esperança

Para a psicóloga clínica e pesquisadora em Neuropsiquiatria e Ciências do Comportamento, Amanda Patrícia Sales, a Educação Inclusiva é uma grande contribuição para a integração da criança e do adolescente com necessidades especiais consigo mesmo e com os demais porque se fundamenta no acolhimento das diversidades dentro da escola regular. Segundo ela, com a Educação Inclusiva, o antigo modelo educacional segregacionista foi deixado de lado para dar espaço a um modelo que acolhe a todos.

A psicóloga é da opinião de que o desconhecimento de educadores, funcionários, pais e colegas de sala em relação às potencialidades das crianças e dos adolescentes com ne-

cessidades especiais contribuem para a manutenção do preconceito em relação a estes. “Infelizmente, a ignorância pode levar à descrença quanto à capacidade de aprendizado destes indivíduos. Por essa razão, a psicoeducação também faz parte do processo de capacitação dos profissionais da educação e é muito importante para as famílias”, enfatizou Sales.

Para ela, não é fácil lidar com as diferenças porque o ser humano é levado a acreditar num modelo pré-estabelecido e a se apoiar nele em relação aos mais variados aspectos da vida, enfrentando dificuldades para quebrar esses paradigmas. “Dentro desta perspectiva, podemos imaginar que não é fácil para os pais quando recebem a notícia de que terão um filho ‘diferente’”, explicou. Medos e culpas tendem a surgir dificultando mais ainda o processo de aceitação.

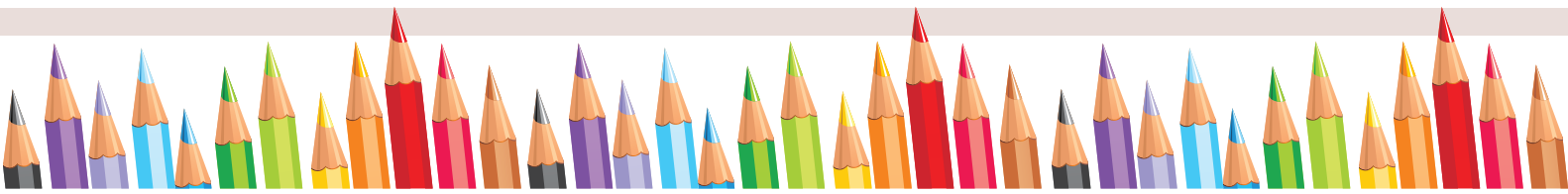
Por isso, é fundamental entender as diferenças e buscar meios adequados para conviver com elas, promovendo a esperança e o respeito. Nesse sentido, é preciso, segundo a psicóloga, desconstruir “os estigmas” em relação a quem tem necessidades especiais para dar lugar à visão de que métodos de ensino e cuidados diferenciados podem e devem ser utilizados na hora de ultrapassar as barreiras impostas pela deficiência. Isso porque “o fato de ter uma dificuldade numa determinada área não inviabiliza outras áreas preservadas que devem ser estimuladas e tratadas normalmente”.

Sales chama a atenção para o fato de que crianças e adolescentes que sofrem algum tipo de preconceito



(Foto: revistaescola)

A educação inclusiva requer professores preparados. É necessário maior investimento do Poder Público e da iniciativa privada na formação dos docentes



(Foto: Divulgação)

O clima de respeito às diferenças de cada indivíduo é o ambiente necessário para que as pessoas com deficiência possam desenvolver todas as suas potencialidades. **Ao centro**, o escritor Fausto Joaquim

podem sentir-se abandonados, rejeitados e desamparados, “e isso pode tirar deles a esperança de que conseguem lidar e superar suas dificuldades”. “Superar” que, para ela, não significa funcionar de acordo com o padrão, mas conseguir adaptar-se, apesar das dificuldades inerentes ao problema que possui.

Testemunho de Vida

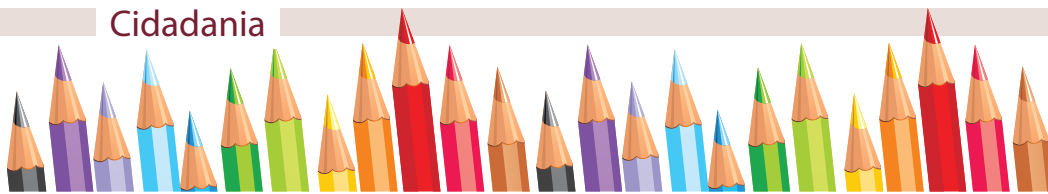
A experiência de vida do escritor baiano Fausto Joaquim, 56, confirma o quanto o clima de inclusão e de

respeito às diferenças de cada indivíduo é o ambiente necessário para que as pessoas portadoras de deficiência possam desenvolver todas as suas potencialidades para o seu bem e para o bem de toda a comunidade. Acometido de paralisia cerebral, ele teve comprometida a coordenação motora, o que gera movimentos involuntários, problemas na dicção, restrição quase total da capacidade de caminhar, impedimento de usar as mãos para escrever, comer e fazer uma série de outras coisas es-

senciais ao cotidiano. Mas, o clima de acolhida na família fez com que, quando criança, ele nunca se sentisse inferior aos outros devido às suas limitações. “Em função de a minha mãe não ter inculcido em mim o sentimento de inferioridade, eu me relacionava normalmente com as outras crianças”, ressalta Joaquim.

Devido ao apoio da família e dos amigos, ainda na adolescência, o escritor iniciou sua militância no movimento pelos direitos das pessoas portadoras de deficiência, em busca de condições de igualdade em todas as áreas. Em função de ser filho de uma mulher muito culta e de ter nutrido a prática da leitura desde cedo, trazia consigo o anseio forte de igualdade de direitos e a convicção de que todos os seres humanos são iguais. Ao mesmo tempo, pelo fato de sua família não dispor de uma condição financeira favorável, ele sabia que os seus sonhos individuais não poderiam ser realizados se ele não buscasse uma renda própria, ou seja, adquirisse um emprego. E foram justamente esses fatores que o levaram à militância.

Hoje casado e pai, Joaquim cursa o terceiro período de Administração em uma instituição de ensino superior particular de Aracaju, onde reside. Com três livros publicados (“Águia sem asas”, “Diga ao mundo que sou Deus” e “A era da pós deficiência”), o escritor relata que a sua formação teve que ser autodidata, o que só se tornou possível com o apoio irrestrito da família. “A princípio meus pais se surpreenderam enormemente com as minhas →



condições físicas e lançaram mão de todas as possibilidades que estavam ao alcance deles para reverter o quadro. Todavia o tempo foi lhes mostrando, segundo eles próprios, que eu, desde o princípio, dava sinais de uma inteligência privilegiada e resolveram me alfabetizar e estimular em mim o hábito da leitura, ao qual, segundo eles, respondi muito além do esperado”, concluiu.

No entanto, até 2012 Justino não tinha acesso à educação formal; foi a partir da inclusão atitudinal da professora Rita de Cácia que, reconhecendo o seu potencial, desde seu primeiro contato, reuniu ferramentas para que ele ingressasse no ensino superior e pudesse ter acessibilidade à Educação Inclusiva.

Educar para a diversidade

Por estar diretamente relacionada a uma questão de inclusão atitudinal, a Educação Inclusiva está inserida num processo cultural mais amplo que está sendo denominado na academia e em outros setores da sociedade como Educação para a Diversidade, que abrange a integração, no âmbito educacional, das mais variadas diversidades existentes atualmente. A pesquisadora de Direito à Diversidade, professora do curso de Direito da Faculdade Asces, Carolina Ferraz, trabalha há anos com esse tema. Ela explica que, de certa forma, a inclusão já existe, mas que é necessário garantir o direito à igualdade efetiva entre todos, independentemente das diversidades individuais que lhes caracterizam.

“Tenho hoje estudantes afrodescendentes, descendentes indíge-

nas, representantes da comunidade LGBT, pessoas com deficiência e, por isso, temos que falar em coexistência, uma convivência entre pessoas diversas, com subjetividades também outras e ocorrendo a proteção de todas”, explica Ferraz. Mas, para que isso se realize, a docente chama atenção para a necessidade de se desenvolver uma cultura de valorização da alteridade. O que só ocorre, segundo ela, quando um indivíduo “coloca-se no lugar do outro, sem, necessariamente, ser o outro”.

No entanto, para a professora, “colocar-se no lugar do outro” não significa substituímos a subjetividade do outro pela nossa, subestimando a necessidade de interação com ele, sobretudo quando esse outro pertence a um grupo vulnerável socialmente. Isso ocorre quando, na relação com o outro, parte-se do pressuposto de que já se conhece suficientemente o que é necessário para ele e que, portanto, pode-se fazer escolhas no lugar deste.

Para Ferraz, outro ponto importante na educação para a diversidade é o que ela denomina de “acessibilidade atitudinal”, ou seja, a capacidade de saber lidar com as dificuldades dos outros, “trazendo a realidade do outro, que não é a sua própria realidade, para dentro de sua vida”. “Hoje temos certas adaptações importantes em escolas e universidades, por exemplo, para deficientes visuais - piso tátil, placas em braile. Mas, de modo geral, há um *déficit* enorme da inclusão no plano da deficiência física e intelectual. No entanto, é lidando com essas deficiências que nós vamos ter uma acessibilidade atitudinal”.

Sem essa acessibilidade atitudinal não acontecerá, segundo a pesquisadora, um verdadeiro ingresso



Antonio Cruz/ABr

É preciso educar para a convivência com as diversidades. Na foto, representante da etnia Fulni-ô, do Nordeste, fala da cultura do seu povo para alunos de uma escola pública, em Brasília

das pessoas que possuem algum tipo de diversidade. No entanto, se houver esse tipo de acessibilidade no sistema educacional, essas pessoas podem interagir com todas as outras e essa interação é rica socialmente e culturalmente. Essa interação contribui no processo de sensibilização e conscientização.

“Com essa interação, estou formando humanos muito mais humanos – muito menos artificiais e insensíveis. Então, há louros para ambos os lados: para aqueles que não teriam acesso e para aqueles que, através desse acesso, se sensibilizam. O ‘não acesso’ é a desumanização e o acesso, é a garantia da humanização”, concluiu Ferraz. ■